

REMINISCÊNCIAS E EVIDÊNCIAS¹

Assembléia-Geral Extraordinária do Clube Naval,
realizada em 14 de agosto de 1954

*"Pobre de mim, como é terrível a sapiência.
Quando quem sabe não consegue aproveitá-la.
Passou por meu espírito esta reflexão
Mas descuidei-me, pois não deveria vir."*

Tirésias²

FRANCISCO CARLOS PEREIRA CASCARDO
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref³)

SUMÁRIO

Prólogo

A tragédia grega: o côro³, o protagonista⁴, o deuteragonista⁵ e Tirésias

Carlos Lacerda e a oposição a Getúlio Vargas

A Assembléia Geral Extraordinária

O coro – os elementos mais conservadores

O protagonista, o deuteragonista e as suas moções

Semelhantes ou dissemelhantes

Êxodo⁶

PRÓLOGO

Cinquenta e três anos se passaram e a Assembléia-Geral Extraordinária (AGE) do Clube Naval, realizada em 14 de agosto

de 1954, permanece como manifestação independente e soberana do seu quadro social naquele trágico ano da morte do Presidente da República por suas próprias mãos. Ao divulgar a resolução aprovada por acla-

¹ Este artigo refere-se ao "Reminiscências", publicado pelo Almirante Helio Leoncio Martins na *RMB* do 2º trim/2007, p. 6.788. Sugere-se sua leitura.

² Tirésias – personagem de Sófocles em *Édipo-Rei*, o cego a quem, em tempo de crises, o rei mandava chamar. 1ª peça da *Trilogia Tebana*. Zahar Editores, 1991, Rio de Janeiro, 2ª edição.

³ Coro – simboliza o grupo que, no início do teatro, contava a história e o destino dos atores.

⁴ Os atores eram em número de dois; o protagonista era o primeiro.

⁵ O deuteragonista era o segundo.

⁶ Última cena depois do intervalo final do drama ou tragédia.

mação de seus associados, a AGE como que sinalizou a linha a ser tomada na Assembléia-Geral do Clube Militar, ainda por realizar, e que, uma vez ultimada, realçou a posição unitária dos três Clubes Militares no acontecimento eminentemente político que motivara a sua convocação: a morte do Major Rubens Vaz, o atentado ao jornalista Carlos Lacerda e as repercussões destes dois fatos sobre a permanência no poder do Presidente da República constitucionalmente eleito.

No tocante ao Clube Naval, ação de intensidade semelhante poucas vezes foi externada; a sua resolução reforçara-se na elevada e inusitada presença de oficiais da ativa, como almirantes, oficiais superiores e subalternos, com razoável número de fardados e mais os da reserva.

A TRAGÉDIA GREGA: O CORO, O PROTAGONISTA, O DEUTERAGONISTA E TIRÉSIAS

No intuito de atender ao ilustre historiador Almirante Helio Leoncio Martins, a tragédia grega foi a forma mais representativa do universo de pessoas, destinos e emoções que participaram da AGE. Ela transpõe para os leitores a adequada compreensão de como se desenvolveram os trabalhos; muitos deles envolvidos pelas intensas paixões políticas despertadas a favor ou contra o Presidente Getúlio Vargas, ou entre os próprios participantes; entender-se as atitudes tomadas; avaliar as intervenções pes-

soais; resumir objetivamente as longas horas de debates; diferenciar as moções apresentadas e chegar às motivações de seus dois apresentadores. Da tragédia valime de alguns de seus elementos estruturais: o coro, o corifeu⁷, o protagonista, o deuteragonista e, por último, o cego.

O coro é quem conta a história do que vai acontecer, e na AGE é representado pela presença de coeso agrupamento de destacados oficiais, almirantes, capitães-de-mar-e-guerra e capitães-de-fragata – a quem o autor⁸ denominara de *elementos mais conservadores*. Deste grupo, razoável parcela já participara ativamente da política-partidária desde a primeira metade dos anos 30, persistindo após as severas derrotas dos anos de 1937⁹ e 1938¹⁰ e que, nesta AGE, se mantivera operosa e com a iniciativa dos trabalhos. Na Marinha, posteriormente, alguns ainda terão intensa influência, que irá além do ano de 1964.

Como na tragédia grega, cabe a eles apontar o caminho do seu protagonista. Este e mais o deuteragonista são os apresentadores das moções, conscientes dos seus destinos e das dificuldades que encontrarão, mas nada irá demovê-los de perseguir esses destinos. Tirésias, o cego, vivendo afastado nas montanhas, nos momentos de crise é convocado pelos governantes de Tebas para enxergar o que eles viam, mas não entendiam.

Caso fossem convidados a participar da AGE, aqueles elementos estruturais da tragédia dialogariam na seguinte feição:

ÉDIPO

Quem age sem receios não teme as palavras.¹¹

⁷ Corifeu – é o chefe do coro.

⁸ Capitão-de-Fragata Helio Leoncio Martins, agora almirante.

⁹ Implantação do Estado Novo.

¹⁰ Golpe Integralista.

¹¹ Sófocles, *Édipo-Rei*. Jorge Zahar Editora, 1989, Rio de Janeiro, 2ª ed. P. 36.

TIRÉSIAS

Sou livre; trago em mim a impávida verdade.¹²

TIRÉSIAS

Pobre de mim, como é terrível a sapiência.
Quando quem sabe não consegue aproveitá-la
Passou por meu espírito esta reflexão
Mas descuidei-me, pois não deveria vir...¹³

ÉDIPO

Então sabes a verdade e não a falas
Queres trair-nos e extinguir a nossa cidade!¹⁴

TIRÉSIAS

Não quero males para mim, nem para ti.
Por que insistes na pergunta? É tudo inútil...¹⁵

ÉDIPO

Não falarás, então, pior dos homens maus.¹⁶

TIRÉSIAS

O que tiver que vir virá, embora eu me cale!¹⁷

CORIFEU

Levantaram-se vagas suspeitas,
provocadas por simples palavras,
A injustiça, bem o sabes, ofende.¹⁸

Passados tantos anos, a maioria das atuais gerações de oficiais de Marinha provavelmente pouco conhece, ou mesmo desconhece, os conflitantes anos das décadas de 40 e 50, em que o Brasil procurava encontrar-se – nem sempre de forma harmônica, e como acontece nas complexas transformações da ordem econômica e política, ainda mais exacerbadas pelo advento no cenário nacional da complexa questão social. Enquanto as décadas de 20 e 30 foram de

ruptura com a velha ordem, as duas seguintes buscavam atender aos reclamos das grandes transformações ocorridas e que requeriam uma ordenada implantação, muitas vezes ao largo da sensibilidade ou desconhecimento dos dirigentes da Nação.

A Assembléia-Geral Extraordinária do Clube Naval em 1954 era eminentemente política, e o tema principal que ocupava a agenda foi o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda.

¹² idem, ibidem, v. 351, p. 33.

¹³ idem, ibidem, v. 380, p. 34.

¹⁴ idem, ibidem, v. 397, p. 35.

¹⁵ idem, ibidem, v. 400, p. 35.

¹⁶ idem, ibidem, v. 401, p. 35.

¹⁷ idem, ibidem, v. 408, p. 35.

¹⁸ idem, ibidem, v. 815, p. 54.



At the Aliança Nacional Libertadora on July 5, 1935, Carlos reads the manifesto of Communist Luís Carlos Prestes. [Agência O Globo]

Para o *brazilianist* John Foster Dulles, os fatos passaram-se assim:

“... Lacerda terminara a sua conferência no Colégio São José, no bairro da Tijuca. O Major Rubens Vaz, da Aeronáutica, que fora em sua companhia e a tudo assistira, insistiu trazê-lo de carro por ocasião do regresso.

Passara um pouco da meia-noite quando chegaram em frente à residência de Lacerda, que estava em companhia do seu filho Sérgio, de 15 anos de idade, que costumeiramente acompanhava o pai. Ao se despedir de Lacerda, Vaz aconselhou-o novamente: ‘Fique calmo e aceite as idéias das outras pessoas.’ Lacerda, que já observara algumas sombras humanas do outro lado da calçada, atravessou a Rua Tonelero. Por ter esquecido as chaves do apartamento, Lacerda mandou Sérgio para a entrada de serviço, situada na garagem,



The Tonelero Street apartment building where the Lacerdas lived. Near the entrance, bullets wounded Carlos and killed air force Major Rubens Vaz after midnight on August 5, 1954. The shots were fired after Gregório Fortunato ordered the assassination of Carlos. (*Manchete*)

por onde ele também iria entrar. Neste momento, Lacerda foi atingido por disparo vindo do outro lado da rua. Imediatamente buscou abrigo na garagem. O pistoleiro Alcino, atrapalhado pela fraca iluminação da rua e pelas plantas que estavam entre ele e o seu alvo, atravessou a pista para encurtar a distância de tiro. Um dos seus dois disparos atingiu Lacerda no pé, fraturando o calcanhar da perna esquerda. Com seu filho Sérgio a salvo na garagem, Lacerda subiu as escadas para telefonar e pedir ajuda, preparando-se, então, para usar seu revólver calibre 38 contra os 'assaltantes', que ele acreditava serem diversos.

Enquanto isso Vaz saltava do carro desarmado, pois seu revólver ficara no portaluvas. Imediatamente atracou-se com Alcino, na temerária tentativa de desarmá-lo. Na luta Vaz foi ferido duas vezes, morrendo imediatamente.

Mesmo sentindo fortes dores no pé, Lacerda caminhou da garagem até a entrada social e abriu a porta. Ao ver Alcino, disparou, mas não conseguiu atingi-lo. Alcino correu para o táxi que o esperava. Um guarda municipal que acabava de chegar, mesmo ferido na perna pelo fugitivo, disparou

cinco tiros contra o carro, perfurando a lataria. Isso serviu para que depois fosse identificado. Completando sua ação, ele também conseguiu anotar a placa do carro."¹⁹

Lacerda exercia forte liderança entre os militares, principalmente entre os jovens capitães-de-corveta e capitães-tenentes, dos quais surgiu um pequeno e dedicado grupo que passou a fazer sua segurança pessoal. Lacerda, com seus discursos na Câmara dos Deputados, os editoriais da *Tribuna da Imprensa*, as freqüentes conferências e os inúmeros comícios onde com sua oratória, conquistava mais seguidores, além dos militares. Praticamente era o candidato da classe média e do novel eleitorado feminino, que começava a ocupar o seu lugar."



Lacerda e Juarez, sentados.
Amorim do Valle, em pé.

CARLOS LACERDA E A OPOSIÇÃO A GETÚLIO VARGAS

Carlos Frederico de Werneck Lacerda pertencia à terceira geração de progressista famí-



Carlos Lacerda após o atendado da Rua Toneleros (Agência Globo)

¹⁹ Dulles, John Foster, *Carlos Lacerda, Brazilian Cruiser, The years 1914 - 1960*. University of Texas, Press, USA, 1991.

lia de políticos. O avô Sebastião Lacerda chegou a ministro do Supremo Tribunal Federal, conservando altiva posição de independência em relação aos presidentes da República. Maurício de Lacerda, seu pai, manteve-se em evidência a nível nacional durante mais de 20 anos, devido às suas corajosas posições assumidas, principalmente por enfatizar a importância da chamada “questão social”, que até ao governo de Washington Luís era conhecida como “caso de polícia”. Seus tios Paulo e Fernando Lacerda eram proeminentes membros do Partido Comunista. Com cerca de 20 anos, Lacerda ingressa na Faculdade de Direito e dedica-se desde então à atividade política. O ano de 1935 encontra-o na Aliança Nacional Libertadora (ANL). **Na sessão inaugural, terminada a agenda e dada a palavra aos presentes, surpreende os membros da diretoria lançando o nome de Luís Carlos Prestes para o cargo honorífico de presidente de honra**²⁰. Quatro meses mais tarde, em 5 de julho, Lacerda torna-se o porta-voz de Prestes ao ler o manifesto escrito para saudar a data evocativa dos 5 de Julho anteriores, em que eram citados os episódios dos “18 do Forte e da tomada da capital de São Paulo”. A polícia de Filinto Muller aproveitou o texto que acabara de ser lido e fechou a ANL.²¹

O início dos anos 40 vai encontrá-lo como firme opositor de Getúlio Vargas. Nessa época tornou-se famoso pela célebre entrevista a ele concedida por José Américo de Almeida²² (1945), que, publicada no *Correio da Manhã*, fez cair a férrea censura à imprensa comandada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), abalando a estrutura do Estado Novo.

Em 1949 Lacerda funda o seu jornal – *Tribuna da Imprensa* –, que ampliou sig-

nificativamente o número de seus leitores, tornando mais divulgadas sua já conhecida linha de pensamento e suas inegáveis qualidades de brilhante escritor.

Os editoriais da Tribuna funcionavam como poderosas armas de ataque e demolição. Muitos deles ficaram famosos. Um dos seus primeiros alvos foi o Presidente Eurico Gaspar Dutra, quando esse anunciou que apoiaria a candidatura de Getúlio Vargas como seu sucessor, no período a iniciar em 1951. Nele Lacerda continua a chamar o presidente eleito de ditador e apela para que as Forças Armadas o derrubem:

*“...O que é o Governo Dutra senão o de Getúlio coonestado pelas eleições. Se antes de 2 de dezembro podíamos reclamar das Forças Armadas o seu dever de defender o povo contra a usurpação da sua soberania, que excelente defesa encontra hoje a ditadura, restaurada e pintada de novo, na alegação de que foi consagrada nas urnas? ...”*²³

Em editorial intitulado “A Sucessão”, Lacerda atinge o ponto máximo da sua oposição a Getúlio, apregoando publicamente a luta armada como solução de última instância:

*“...O Sr. Getúlio Vargas senador não deve ser candidato à Presidência da República, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar...”*²⁴

A resposta de Getúlio veio nas urnas, onde obteve 48,7% dos votos, derrotando o Brigadeiro Eduardo Gomes.

O editorial da *Tribuna da Imprensa* lançou uma nova forma de recusa: *“...a 3 de outubro venceu o neofascismo”* E lançava dúvida quan-

²⁰ Lacerda, Carlos. *Depoimento*. Editora Nova Fronteira, 1977, Rio de Janeiro, p. 42.

²¹ Silva, Hélio. 1935 – *A Revolta Vermelha*, Civilização Brasileira, 1969, Rio de Janeiro, p. 186.

²² Entrevista de José Américo da Silva a Carlos Lacerda. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1945.

²³ *Tribuna da Imprensa*. Editorial. Rio de Janeiro.

²⁴ *Tribuna da Imprensa*. Editorial. Rio de Janeiro, 1^o de junho de 1950.

to à capacidade da população em votar, afirmando categoricamente: “Se Getúlio fora eleito pelo voto popular, o povo errou²⁵...” Continuando nessa linha, quando a derrota do brigadeiro tornara-se irreversível, um novo editorial intensifica a acusação:

“Será a eleição uma vitória democrática? Certamente que não. Assim como Hitler subiu ao poder pela eleição, assim como Mussolini... O Sr. Getúlio tem a maioria dos votos e chegará ao poder pela vitória de uma coligação totalitária, de expressão demagógica e conteúdo profundamente reacionário da pior reação, que é aquela disfarçada de revolução...”²⁶

Apurados os votos da eleição de 3 de outubro, com a folgada maioria conseguida por Getúlio, a União Democrática Nacional

(UDN), partido de Lacerda, começaria nova tentativa de impugnação, agora pelo recurso de negar a diplomação pelo Tribunal Superior Eleitoral sob o argumento de não ter alcançado a “Maioria Absoluta”, argumento este que não estava previsto no Código Eleitoral. O Editorial da *Tribuna* estampava em letras garrafais:

“Getúlio presidente da minoria – 55% não querem Getúlio.”²⁷

O valor desta cifra – 55% – resultaria da soma dos votos brancos e nulos.

Nesse mesmo dia, outro deputado da UDN, o baiano Aliomar Baleeiro, em entrevista ao jornal, declararia que:

“Getúlio inelegível pelas suas traições à democracia.”²⁸

Acompanhando a intensa oposição jornalística, sucediam-se as crises governamentais, em níveis crescentes de gravidade. A primeira foi a exoneração do ministro da Guerra, General Estillac Leal, com a perda das eleições para a presidência do Clube Militar, ganha pelos Generais Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo. Ao iniciar o ano de 1954, no dia 8 de fevereiro é divulgado um memorial dirigido ao ministro da Guerra, General Ciro Espírito Santo Cardoso, e que ficou conhecido pelo título de “Memorial dos Coronéis”²⁹ – nele, 82 coronéis e tenentes-coronéis, ex-

pressivos e respeitados nomes da vida militar, todos da ativa, manifestam, em seus nomes e de seus subordinados, as sérias inquietações reinantes no

meio militar. Preocupam-se em revigorar o respeito à autoridade, aos sadios postulados da disciplina etc. Apontam os males da inflação sobre os vencimentos recebidos e o desânimo que grassa na juventude militar pela falta de perspectiva de carreira, chegando ao motivo principal: a atuação do ministro do Trabalho, João Goulart, que propusera um aumento de 100% para o salário mínimo, julgado intolerável pelos assinantes do manifesto, que pediam a sua demissão, o que acabou acontecendo, juntamente com a exoneração do General Ciro do Espírito Santo Cardoso, que passou a pasta ministerial ao General Zenóbio da Costa.

Nova tentativa é feita pela UDN ao apresentar uma proposta de *impeachment* do

UDN apresenta uma proposta de *impeachment* do presidente em maio de 1954

²⁵ idem, ibidem, manchete de 14/15 de outubro de 1950.

²⁶ idem, ibidem, editorial “E Agora?”, 5 de outubro de 1950.

²⁷ idem, ibidem, 27 de outubro de 1950.

²⁸ idem, ibidem, 27 de outubro de 1950.

²⁹ “Memorial dos Coronéis”. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1954.

presidente, isto em maio de 1954. Apesar de intensa mobilização da opinião pública, a votação no Congresso foi de 35 votos a favor, 136 contra e 132 abstenções, insuficiente para fazer com que Getúlio fosse obrigado legalmente a abandonar a Presidência.

Lacerda continua na sua linha de intensos ataques, agora atingindo um membro da família presidencial. Em editorial de 1º de agosto de 1954, acusa diretamente:

*"Por que Lutero é ladrão?"*³⁰

No dia seguinte, nova manchete reforçando a mesma linha de ação:

*"Somos um povo honrado governado por ladrões."*³¹

Este há poucos dias de acontecer o atentado da Rua Toleneros.

Ainda ferido no pé, Lacerda, no dia seguinte, 6 de agosto, publica vigoroso editorial:

*"Um regime de corrupção e terror... Getúlio é o responsável intelectual... O governo de Getúlio Vargas é, pois, além de imoral, ilegal. É um governo de banditismo e loucura."*³²

Sem possibilidade de erro, pode-se afirmar que a imprensa brasileira ainda não havia alcançado tal nível de destempero verbal.

Esse era o clima de comoção nacional que envolvia o País e que, em mais alguns dias,

precisamente a 14 de agosto, desaguaria nos festivos e sociais salões do Clube Naval.

Completava-se o cenário para grandes acontecimentos, que de fato viriam, independentemente da vontade de seus atores.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A sessão é iniciada por ordem do seu presidente, Almirante Antônio Maria de Carvalho, ao verificar-se que fora ultrapassada

a presença mínima para abertura dos trabalhos. As formalidades de chamada dos sócios e da leitura da ata da última sessão foram dispensadas por solicitação do associado Francisco Vicente Bulcão Vianna, sendo as duas propostas aceitas por unanimidade. Como fiscais foram escolhidos o citado Francisco Vicente Bulcão Vianna e Osvaldo de Assunção Moura. Devido ao intenso interesse que a AGE despertara na Aeronáutica

e no Exército, notava-se a presença de seus oficiais, interessados em acompanhar os trabalhos, participar e, se possível, influenciar no resultado a ser alcançado. Sentindo a forte emoção que reinava entre os presentes, o presidente do Clube Naval cuidadosamente informa qual o motivo da convocação e que a mesma fora proposta pelo expressivo número de sócios, em torno de 500;

A imprensa brasileira ainda não havia alcançado tal nível de destempero verbal

* * *

Completava-se o cenário para grandes acontecimentos, que de fato viriam, independentemente da vontade de seus atores

³⁰ *Tribuna da Imprensa*. Editorial, Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1954.

³¹ *idem*, *ibidem*, 2 de agosto de 1954.

³² *idem*, *ibidem*, 6 de agosto de 1954.

COMO SE ESTA' PREPARANDO A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

Rio Grande em frente unica aliado a Pernambuco, Minas, Bahia e opposição paulista — O Sr. Armando de Salles perde terreno — A expectativa de surpresas em face da perturbação social — Pedro Ernesto e Luiz Carlos Prestes

O assumpto da moda, actualmente, é o communismo. De alguns dias a esta, sar da movimentação dos aliancistas, não tinha alcançado posto de destaque na imprensa, nem havia impressionado os circulos politicos e commerciaes. Quando se fala em communismo, comprehende-se logo confusão, porque a technica dos mestres no assumpto determina que a primeira arma para o exito é o confusioismo...



xerte, não se fala noutra coisa. O sr. Pedro Ernesto, assumindo a presidencia do Centro Humanitario, ou coisa que o valha, veio collocar no cartaz essa materia, que, ape-

preza, nem havia impressionado os circulos politicos e commerciaes. Quando se fala em communismo, comprehende-se logo confusão, porque a technica dos mestres

O MESTRE DE TODOS
Comprehendendo-se como
Continua na 7ª pagina

numerosa. A avaliação variava de um observador para outro, mas com pequena dispersão. Para Jatyr de Carvalho Serejo³⁴, encarregado do Departamento de Propaganda da AIB, no ano de 1937 o número de inscritos no Departamento da Marinha Nacional (DMN) chegava a 70% da oficialidade naval, e o de simpatizantes a 10%. Para Augusto do Amaral Peixoto, de posição contrária à doutrina da AIB, a estima aumentaria para 90% o número dos que aderiram. Reforçando a sua avaliação, Amaral Peixoto cita um fato que presenciara no Arsenal de Marinha:

“... houve o lançamento de um destróier que acabara de ser construído no Arsenal, o Marcílio Dias. Costumeiramente, os

oficiais superiores ficavam no palanque e os marinheiros em torno do dique. Nessa ocasião, os militares foram substituídos por integralistas usando seus uniformes onde sobressaía a camisa verde. Por ocasião do içar da Bandeira, o cerimonial é ampliado para entrada a bordo de três senhoras que levavam a Bandeira Nacional, que fora ofertada pela AIB. Insatisfeito, Ary Parreiras, que já era almirante, retira-se, no que é acompanhado por mais alguns oficiais. Ary Parreiras dirige-se a Amaral Peixoto e pede que pergunte ao Dr. Getúlio Vargas “se já estamos num regime integralista?”³⁵

Os adversários da AIB aproveitavam as semelhanças dos símbolos, hábitos e

³⁴ Jatyr de Carvalho Serejo é o autor de – Maio de 1938 – Meu depoimento, em que descreve a sua participação na AIB, e no frustrado golpe de maio de 1938.

³⁵ Amaral Peixoto, Augusto. Memórias da Revolução. CPDOC/FGV. Acervo AAP 24.11.04, MT.

vestimentas, com os existentes nos partidos políticos estrangeiros para combatê-la e confundir a opinião pública quanto à ideologia que ela pregava. As associações mais freqüentes foram o sigma, a camisa verde, a braçadeira, os desfiles com as formações apresentando a testa da formatura maior do que a usual; o ato do juramento ao chefe nacional do Partido, Plínio Salgado. Este último fato foi levado ao Ministro Protógenes Pereira Guimarães pelo Capitão-de-Fragata Mário dos Reis Pereira, que indagou da condição legal, ou não, do juramento feito pelo militar de ideologia integralista, ao entrar no partido, para o Chefe Nacional. Submetido à autoridade do Almirantado, este comunicou a sua proibição. Outro ponto explorado pelos seus inimigos tinha como objeto a saudação com o braço levantado e pronunciando a palavra “anauê”. A intenção de quem o fazia era de se identificar com seus iguais, pois repetia um ritual indígena e a tradução do “anauê” – sou teu amigo – queria apenas reforçar a solidariedade entre as pessoas. Jatyr atribuiu aos seus adversários a intenção deliberada de compará-la com a saudação nazista. Isso juntamente com a braçadeira do sigma usada na manga da camisa e que, diziam seus inimigos, lembrava a suástica.

Os desfiles constituíam outra manifestação priorizada pelos chefes integralistas, servindo como demonstração de força, da apurada disciplina dos seus adeptos e do rápido crescimento numérico da AIB.

No dia 30 de setembro de 1937, a Casa Militar da Presidência divulga uma nota à imprensa, em rígido caráter oficial, cujo teor principal fora a apreensão no Estado-Maior do Exército de importante plano, que entrou para a história do Brasil com o nome de Plano Cohen.

Em seqüência, o ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, solicita ao Congresso a decretação do estado de guer-

ra. Na exposição de motivos encaminhada, encontra-se o forte apoio dos ministros da Guerra e da Marinha:

“Afirmam, entretanto, os Exmos. Srs. Ministros da Guerra e da Marinha, em exposição dirigida a V. Exa., que, no momento atual, como em 1935, as ameaças do comunismo são evidentes e que não é possível que fiquemos inertes ante a catástrofe que se aproxima. Asseguram ainda que o crime de lesa-pátria praticado em novembro daquele ano está prestes a ser repetido, com maior energia e mais segurança de êxito...”

O estado de guerra, fundamentado no art. 161 da Constituição de 1934, consistia na suspensão imediata de “...todas as garantias constitucionais que pudessem prejudicar, direta ou indiretamente, a segurança nacional”.

Adversários dos comunistas, os integralistas preparavam-se permanentemente para um eventual golpe do inimigo, aproveitando o período eleitoral que se aproximava e o fim do mandato presidencial de Getúlio Vargas.

O Plano Cohen, praticamente, era o trabalho realizado pelo Capitão Olímpio Mourão, servindo no Estado-Maior do Exército e na AIB, onde ocupava a chefia do Serviço Secreto da Ação Integralista (SSAI). Para o público externo, intitulava-se como Departamento Histórico do Integralismo.

Mourão elaborara um plano de defesa como prevenção do hipotético golpe comunista, sendo constituído de duas partes. Na primeira, descrevia a ação do inimigo; na segunda, o planejamento da reação. Formalmente o nome da AIB não foi relacionado, permanecendo Olímpio Mourão como único responsável.

Muitos anos mais tarde, já marechal, entrevistado por Hélio Silva, Mourão revelara que fora à audiência com Góes Monteiro, o chefe do Estado-Maior do Exér-

cito, e acompanhado pelo General Cordeiro de Farias:

“Senhor General, tomei conhecimento há pouco tempo de um plano comunista que vai ser entregue à imprensa como tendo sido apreendido pelo EME. Desejo avisar a V. Exa. que, se houver interpelação na Câmara, jamais conseguirá explicar satisfatoriamente a origem do documento”.

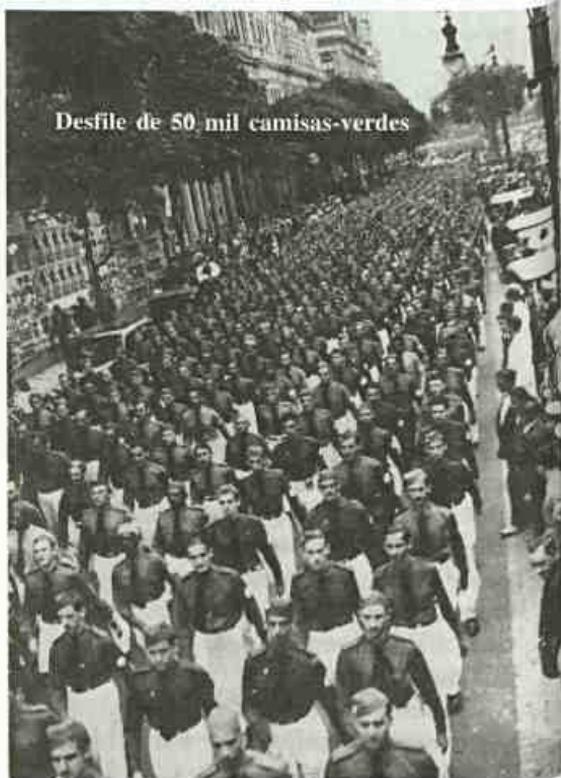
A resposta do General Góes vem imediatamente, e em poucas palavras:

*“Você é oficial do Estado-Maior, tomou conhecimento deste documento aqui. Cale a boca e retire-se”.*³⁶

Dentro do planejamento organizado pelos seus idealizadores para implantar o Estado Novo, a participação da AIB era considerada como de grande importância, principalmente por ser um partido disciplinado e disciplinador, com núcleos espalhados pelos estados, uma direção definida e, principalmente, com grande influência nas Forças Armadas. Em consequência, o governo buscou dele aproximar-se, através do chefe nacional Plínio Salgado, cabendo a Francisco Campos o primeiro contato. De seu lado, Plínio Salgado retransmite os entendimentos ao secretário da Câmara dos Quarenta, Olbiano de Melo, enfatizando: os ministros da Guerra e da Marinha estavam de acordo e uma nova constituição seria outorgada. Entraria na história com o nome de “Polaca”. Em novo encontro, agora com Getúlio Vargas, este mostra-lhe a “Polaca”, comunica também que as Forças Armadas haviam decidido mudar o regime, no que ele, Getúlio, se pusera de acordo. Getúlio concluiu pedindo a sua opinião com urgência, porque o golpe de estado estava por dias...³⁷ Plínio deu a sua concordância.

Nesta ocasião, entre os chefes da AIB, nasceu a idéia de promover um grande des-

file no dia 1º de novembro, para uns uma demonstração de força e para outros nova tentativa de evitar o golpe, ou pelo menos de retardá-lo. Inferiorizado no jogo de forças com o governo, além de não contribuir para o objetivo desejado, o desfile possibilitou a desfavorável comparação com a “Marcha sobre Roma”, que, na década de



Desfile de 50 mil camisas-verdes

20, convenceu o rei Vitor Emanuel da impossibilidade de deter Mussolini e que melhor seria convidá-lo para o governo da Itália. **Com data marcada para o dia 1º de novembro, foram reunidos cerca de 50 mil militantes, que marcharam das proximidades da Praça Mauá até a estátua de Barroso, com testa de oito homens.** No trajeto

³⁶ Entrevista do Marechal Olímpio Mourão Filho ao jornalista Hélio Silva em março de 1970. Silva, Hélio. *1937, Todos os golpes se parecem*. Civilização Brasileira, 1970, Rio de Janeiro, p. 387.

³⁷ Melo, Olbiano de. *A Marcha da Revolução Social no Brasil*. Empresa Gráfica O Cruzeiro, 1957, Rio de Janeiro, Brasil, p. 112.

passaram em frente ao Palácio do Catete, onde, na sacada, estava presenciando Getúlio Vargas, acompanhado pelo Chefe da Casa Militar, General José Pinto; comandante da Vila Militar, General Newton Cavalcanti; e o ministro da Marinha, Aristides Guilhen³⁸. **Na vanguarda vinham os oficiais do Exército e da Marinha fardados, enquanto nas laterais posicionavam-se os marinheiros.**

Na noite de 10 de novembro, às 20h30, Getúlio fala à Nação, enunciando as medidas tomadas, como resolução das Forças Armadas ante o perigo de uma guerra civil. Nesta nova situação, a AIB permaneceria no seu *status quo*, devido à sua atitude favorável, inclusive com uma pasta no Ministério. Como elemento de força contava com o comandante da Vila Militar, que “havia obtido de Vargas o compromisso de que a AIB continuaria a existir, com o nome de Associação Brasileira de Cultura”.³⁹

No dia 12 de novembro, Jatyr é avisado que “naquela noite haveria uma reunião de oficiais de Marinha integralistas na residência do chefe Nacional da AIB. Iria ele nos expor assuntos da mais alta relevância e de muito interesse para o Brasil. Às 20 horas, repleto se encontrava o salão da Câmara dos Quarenta.”⁴⁰

Plínio Salgado reportou aos presentes os entendimentos que mantivera com diversos emissários, ou pessoas de confiança do Presidente, e inclusive pessoalmente com Getúlio. Os últimos contatados foram o ministro da Guerra, General Dutra, acompanhado pelo chefe de Polícia, Filinto Muller. Plínio conclui o seu relato aos pre-

sentes fundamentando a sua adesão, nas palavras dos chefes militares:

“...diante das exposições dos chefes militares de cuja honra não podia duvidar e da iminência de um golpe comunista, pela veracidade do célebre Plano Cohen, não pudera deixar de dar o apoio moral do integralismo à implantação do Estado Novo. Declarou-nos ainda que nada quisera nem pedira para si... A palavra das classes armadas ficara empenhada pelo General Dutra...”

Era pois pela honra do Exército que o integralismo colaboraria na implantação do Estado Novo, e unicamente como fator moral, confiante atividades educacionais e de assistência social. Poderiam duvidar da palavra do Sr. Getúlio Vargas, mas nunca, nem de leve, da honra dos generais do Exército brasileiro.”⁴¹

No entanto, este solene compromisso foi quebrado quando, a 2 de dezembro, foi decretado o fechamento da AIB e proibida toda e qualquer atividade, incluindo a educacional e a assistencial. A noite desse dia ficou conhecida como “*Dia da traição da traição*”.⁴²

A 3 de dezembro, a Polícia, mediante ação de força, fecha todos os núcleos integralistas em território nacional.

Inconformado, o General Newton Cavalcanti escreve longa carta ao ministro da Guerra, General Dutra, expõe as suas razões e solicita exoneração do importante Comando da Vila Militar. Os períodos mais significativos dessa carta vêm a seguir:

“... **O GOLPE DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937, COMO V. EXA NÃO IGNORA,**

³⁸ *O Golpe Integralista de 1938*. Índice da História Militar do Brasil. sl., sed., sd. p. 1.

³⁹ Melo, de Olbiano. *A Marcha da Revolução Social no Brasil*, Rio de Janeiro, Edições O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1957, p. 118.

⁴⁰ Serejo, Jatyr de Carvalho. *Meu Depoimento*, Rio de Janeiro, 1959, p. 16. Deixo de escrever a relação de nomes dos presentes compareceram à AGE.

⁴¹ Serejo, Jatyr de Carvalho. *Meu Depoimento*. Rio de Janeiro, 1959, s. ed, p. 16.

⁴² *idem, ibidem*, p. 17.

FOI, NÃO HÁ DÚVIDAS, O RESULTADO CONCRETO DA COOPERAÇÃO CORAJOSAMENTE CÍVICA DAS TRÊS ÚNICAS FORÇAS GENUINAMENTE NACIONAIS E ORGANIZADAS NO BRASIL: O EXÉRCITO, A MARINHA E O INTEGRALISMO.

Quem mobilizou e quem dispôs essas forças, articulando-as para a defesa da Pátria? S. Exa o Sr. Presidente da República.

Foi por intermédio da minha pessoa que o Exmo. Senhor Doutor Getúlio Vargas efetivou a aproximação julgada necessária e indispensável, antes do golpe de 10 de novembro, com o Doutor Plínio Salgado, chefe da Ação Integralista ... Em troca, porém, da certeza absoluta do apoio moral e, se necessário, material, do Integralismo ao governo, o Exmo. Sr. Doutor Getúlio Vargas ofereceu e prometeu a segurança, também absoluta, de que respeitaria e garantiria, após o estabelecimento do novo estado de coisas no país, a existência, até hoje, do único movimento de alto sentido cultural e sentimental que possui a história político-social do país ."⁴³

Getúlio Vargas, Góes Monteiro, Dutra, Francisco Campos, Negrão de Lima, como maiores responsáveis pelo Estado Novo, pode-se supor, com algum receio de possível reação desfavorável da AIB, procuraram e conseguiram a sua adesão. Menos de um mês depois, ela é colocada à margem da lei, deixando de existir como partido político e igualmente proibidas as atividades de assistência social e educacional.

É razoável supor que as profundas consequências deste ato, mais o acontecido em 1938 na tentativa armada de derrubar Getúlio, constituíssem muitos dos presentes à AGE.

O PROTAGONISTA, O DEUTERAGONISTA E AS SUAS MOÇÕES

A AGE vai se desenvolvendo em ritmo acentuado e com alguns ânimos não tão calmos, mas a direção resultante não se afasta da linha apresentada logo no início por Bulcão Vianna. Antecipando-se ao primeiro orador, que deveria ser o associado Leoncio, para ler a moção inicial, o associado Muniz Freire pronuncia veementes palavras favoráveis à moção ainda por ser lida. Muniz Freire participara da Assembléia da Aeronáutica e, nesse caso, seria o mais antigo de Marinha presente. É feita a leitura da moção e segue o terceiro orador, João Pereira Machado, que solicita a aclamação dessa moção, demonstrando a intenção de que a segunda moção não fosse apresentada, e a AGE encerrada. Seguem-se diversos oradores confirmando o teor da moção lida. Chegada a sua vez, o sócio Renato de Paula e Silva Tavares solicita ao presidente que a segunda moção seja apresentada, no que não é atendido, continuando com a palavra diversos outros oradores. Nesta altura, Herculino Cascardo, em "por ordem", solicita que a sua moção seja apresentada, recebendo longa resposta do presidente, que finalmente acede. E passa-se à leitura.

Ao apresentar a sua moção, Herculino Cascardo guiara-se pela experiência conseguida na sua vida política, a qual se interrompera em 1946, quando voltara para a Marinha, o que, no entanto, não o impedia de acompanhá-la pelos meios de comunicação, pelas freqüentes visitas que recebia e pelos contatos mantidos com seus colegas da Marinha, travando acalorados debates, mesmo com aqueles que pensavam diferentemente. Esses últimos contatos aconteciam nas concorridas

⁴³ Cavalcanti, Newton. Carta ao Exmo. Sr. General Eurico Gaspar Dutra. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1937. Acervo Getúlio Vargas, CPODOC/FGV, Ref AM 37.12.02.

reuniões sociais que o Almirante Camargo, seu vizinho de muro, promovia com alguma frequência, por motivos de aniversários ou das festas do Corpo de Fuzileiros Navais, do qual era o comandante-geral.

Embora eleitor do Brigadeiro Eduardo Gomes, e depois de Juarez Távora, Cascardo ainda tinha alguma consideração pessoal pelo presidente Getúlio Vargas, advinda da Revolução de 30, quando participara do seu círculo mais chegado, o qual muitas vezes se reunia na própria residência, que era o Palácio do Governo riograndense. O segundo período de Getúlio, agora como Presidente eleito, apresentava expressivas diferenças em relação ao primeiro, estando, com certeza, bem mais enfraquecido. Com pouco apoio militar, encontrando uma ativa oposição da UDN e da sua *Banda de Música*, com alguns escândalos como o financiamento prestado pelo Banco do Brasil ao jornal *Última Hora*, a recusa de enviar tropa e navios para a guerra da Coréia, o Presidente apresentava-se enfraquecido para a luta política. A seu favor contava a Petrobras, a Eletrobras e o BNDE, que alavancaram a economia. Para Hercolino Cascardo, se Getúlio deixasse o poder, assumiria a UDN, que, no seu entender, adotaria política econômica diversa, o que não lhe era agradável. Ao atender à convocação da AGE, à qual compareceu solidário com sua classe, levava três objetivos em mente:

- 1º – preservar a pessoa física de Getúlio;
- 2º – que a Resolução aprovada cumprisse o rito constitucional;
- 3º – punição dos responsáveis pela morte do Major Vaz.

SEMELHANTES OU DESSEMELHANTES

Para facilitar visualização, análise e comparação, as moções são decompostas por períodos, mantendo-se a integridade do texto:

1ª – Protagonista consócio Helio Leoncio Martins:

a) *Reafirmar ao Clube de Aeronáutica sua solidariedade ante o inominável atentado de que foi vítima o Major-Aviador Rubens Florentino Vaz;*

b) *Expressar de público sua condenação veemente à falta de princípios, que conduz a crimes desta natureza, e afirmar sua convicção de que as Forças Armadas, côncias de seus deveres indeclináveis, saberão exigir a punição dos culpados;*

c) *Assumir perante a Nação o compromisso de se manter vigilante para que atentados como esse, que depõem contra as nossas tradições democráticas e nossos foros de país civilizado, não venham de novo conspurcar a dignidade do povo brasileiro;*

2ª – Deuteragonista consócio Hercolino Cascardo:

a) *O Clube Naval, por sua Assembleia-Geral, devidamente convocada, condena o monstruoso atentado da Rua Toneleros, em que perdeu a vida o Major Rubens Vaz, vítima de traiçoeira e covarde tocaia preparada por elementos pertencentes à guarda pessoal da Presidência da República;*

b) *À família enlutada que chora a perda de um pai extremoso e marido exemplar, e à Força Aérea Brasileira, que se vê privada de um dos seus mais valorosos membros, o Clube Naval hipoteca irrestrita solidariedade;*

c) *E expressa a sua firme e inabalável decisão de que sejam punidos, quaisquer que sejam as suas hierarquias, os autores desse inqualificável crime que cobriu de lama e sangue a história coetânea da nossa Pátria.*

Embora não ostensiva, pois não poderia constar da sua moção, era a sua convicção que estava a caminho um movimento para depor o Presidente. Bastava ler os editoriais de Lacerda, os discursos da Ban-

da *de Música* da UDN. Fato semelhante seria repetido pelos mesmo opositores de agora no governo seguinte de Café Filho, o renascimento do “Estado de Exceção” cujo objetivo mais concreto e imediato era o de impedir o acesso de Juscelino Kubitschek à Presidência. E, pensava ele, seus adversários da AGE não abandonavam esta hipótese.

A comparação das duas propostas revelava pontos em comum, sinalizando um caminho a seguir. Com ambas de acordo quanto às punições, restavam dois objetivos a serem alcançados por Cascardo. Em meio aos debates intensos que se travavam, sucederam-se os oradores Ernesto de Araújo, Ernesto de Mello Baptista, Fernando Almeida da Silva, José Cruz Santos e José de Oliveira Bello. Coube ao consórcio José Cruz Santos propor a fusão das duas moções, no que resultou a inclusão da expressão “o compromisso de se manter vigilante dentro dos quadros constitucionais vigentes”.

O consórcio José Gurjão Neto propôs a fusão das duas moções, o que foi aceito, permanecendo a inclusão da sugestão de Cruz Santos na moção de Leoncio. Cascardo considerava que seus dois outros objetivos foram alcançados, e taticamente retirou a sua moção. Caso não procedesse desta maneira e fosse para um confronto em que sabia contar com menos votos, a moção Leoncio ficaria intocada, sem o acréscimo acordado relativo à Constituição. Raciocinava, também, que, conseqüentemente, se concretizaria o seu maior receio, isto é, o abandono do rito constitucional, como preconizado por Carlos Lacerda em seus editoriais da *Tribuna da Imprensa* e pelos seus seguidores presentes à AGE.

Satisfeito com os seus objetivos alcançados com o acréscimo introduzido na moção Leoncio que dava cobertura aos primeiro e segundo, pois preconizava a supremacia da

obediência à Constituição nos procedimentos políticos, e finalizando com o terceiro que se referia à punição dos responsáveis, como constantes nas duas moções, Cascardo deu por concluída a sua participação.

3ª – Redação final da moção Leoncio:

a) *Reafirmar ao Clube da Aeronáutica sua solidariedade ante o inominável atentado de que foi vítima o Major-Aviador Rubens Florentino Vaz;*

b) *Expressar de público sua condenação veemente à falta de princípios que conduzem a crimes que depõem contra nossas convicções desta natureza e afirmar a sua convicção de que as Forças Armadas, cômicas de seus deveres indeclináveis, saberão exigir a punição dos culpados;*

c) *Assumir perante a Nação o compromisso de se manter vigilante, dentro dos preceitos constitucionais, para que atentados como esse, que depõem contra nossas tradições democráticas e nossos foros de país civilizado, não venham de novo conspirar a dignidade do povo brasileiro.*

ÊXODO

Quanto à posição política de Hercolino Cascardo, este assunto foi longamente tratado na *Revista Marítima Brasileira*, ano de 2000, out/dez, v.120 nº 10/12, p. 228 a 230, e retomado agora, oito anos depois.

Não cabe a mim responder ao solicitado pelo Almirante Leoncio porque o tema foi objeto de apreciação da Justiça, que não faltou quanto à resposta. E o fez em seis oportunidades, entre o ano de 1937 e 1946, inocentando o réu da acusação vermelha. Ei-las:

a) Tribunal de Segurança Nacional – Acórdão de 7 de maio de 1937, que absolveu por unanimidade de votos;

b) Supremo Tribunal Militar – em sessão de 13 de setembro de 1937, confirma o

Acórdão do Tribunal de Segurança Nacional, constante da alínea a);

c) Exclusão de Denúncia – por decisão do Tribunal de Segurança Nacional, datada de 9/3/1938, ao julgar o processo nº 342 (comunismo) em que figurava como indiciado, resolveu excluí-lo da denúncia;

d) Em Vara da Fazenda Pública, datada de 9/12/1943, venceu uma ação ordinária contra a União, dando ao autor o direito de reversão à Marinha com todos os direitos, vantagens e proveitos constantes do pedido inicial.

e) Decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 13 de agosto de 1945, confirmando a decisão anterior da Vara de Fazenda Pública, acima;

f) Reintegração na Marinha pelo Decreto nº 466 – Z14, de 15 de fevereiro de 1946, do Exmo Sr. Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra.

No mês de setembro, o seguinte da AGE, o nome de Herculino Cascardo foi levado a Café Filho, que sucedera a Getúlio Vargas. Na condição de Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, Café Filho se expressou da seguinte maneira:

“Um dos meus bons camaradas naquela corporação era o Comandante Herculino Cascardo. Fora Interventor no Rio Grande do Norte e, embora não tivesse apoiado o seu governo, tinha por ele certa simpatia pessoal. Sua Interventoria no meu Estado

não ficou marcada por perseguições e facciosismos. Procurou, na medida do possível, compor-se bem com a oposição; ofereceu-me um lugar que recusei, de diretor da Escola de Aprendizes Artífices. Cascardo compreendeu a minha recusa: ‘Minha intenção era nomeá-lo para uma das Secretarias do Estado. Você é um líder influente no Rio Grande do Norte e preciso do seu apoio político. Acontece que não posso nomeá-lo porque você tem fama de ser comunista ...’.

O Ministro Amorim do Valle conhecia a minha estima pessoal por Cascardo. Certa vez levou-me uma lista de promoções do Almirantado, e tinha ele próprio, o titular da Marinha, em boa conta a figura do Comandante: ‘Pessoalmente’, disse-me, ‘não faço restrições a essa promoção. Mas ela foi vetada pela quase unanimidade dos almirantes sob o argumento de que o Cascardo é comunista. Promovendo-o, Presidente, o senhor não descontentaria a mim, mas vai descontentar o Almirantado’.

‘Neste caso, Ministro, acatemos o ponto de vista do Almirantado’

Deixei, assim, de promover Herculino Cascardo ao posto de almirante na atividade militar, premido pelas mesmas considerações que ele me fizera, mais de vinte anos antes, para não me nomear secretário de Estado do seu Governo no Rio Grande do Norte.

*O curioso desta história é que nem ele nem eu nunca fomos comunistas”.*⁴⁴

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA> / História do Brasil; Política; Getúlio Vargas; Carlos Lacerda; Rubens Vaz; Herculino Cascardo; Helio Leoncio Martins; João Café Filho; Clube Naval; Luiz Carlos Prestes; Tribuna da Imprensa; Correio da Manhã; Eurico Gaspar Dutra; Eduardo Gomes; Juarez Távora; Memorial dos Coronéis; Lutero Vargas; Plínio Salgado; Amorim do Valle; Jatyr de Carvalho Serejo; Augusto do Amaral Peixoto; Ary Parreiras; Protógenes Guimarães; Olympio Mourão; Góes Monteiro; Plano Cohen; Negrão de Lima; Juscelino Kubistchek; Ernesto de Mello Baptista; José Cruz Santos; John Foster Dulles; Sérgio Lacerda; Filinto Muller; José Américo de Almeida; Aliomar Baleeiro; Impeachment;

⁴⁴ Café Filho. *Do Sindicato ao Catete*. Editora, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1966, vol. 2, p. 479 a 480.

